



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIA EDUARDA BRANDÃO CÂMARA**

**RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS BRASIL - CHINA: ANÁLISE  
E MENSURAÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO  
NO SÉCULO XXI**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**MARIA EDUARDA BRANDÃO CÂMARA**

**RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS BRASIL - CHINA: ANÁLISE  
E MENSURAÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO  
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Relações Internacionais

**Orientador:** Prof. Dr. Filipe Reis Melo

**JOÃO PESSOA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

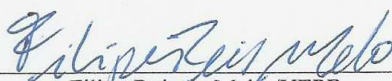
C172r Câmara, Maria Eduarda Brandão.  
Relações econômicas bilaterais Brasil - China [manuscrito]  
: análise e mensuração dos fluxos comerciais e de  
investimento no século XXI / Maria Eduarda Brandão  
Camara. - 2018.  
53 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2018.  
"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo , Coordenação do  
Curso de Relações Internacionais - CCBSA."  
1. Relações bilaterais Brasil-China. 2. Investimento  
Estrangeiro Direto. 3. Diplomacia. I. Título  
21. ed. CDD 327.810 51

MARIA EDUARDA BRANDÃO CÂMARA

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS BRASIL-CHINA: ANÁLISE E MENSURAÇÃO  
DOS JUROS DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTO.

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 22 / 11 / 2018.



Filipe Reis de Melo /UEPB  
Orientador(a)



Marcionila Fernandes /UEPB  
Examinador(a)



Henrique Altamini de Oliveira /UNB  
Examinador(a)





Pela honradez e firmeza, às minhas avós, Volusi  
Rocha Ugá Câmara e Maria Odete Gomes, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alessandra Gomes Brandão e Ruy Rodrigues Câmara Neto pela dádiva da vida, por todo amor e empenho na minha educação, vocês são os dois maiores professores que já tive!

Aos meus irmãos, Yanna, Thaís, Júlia e Ruy e ao meu sobrinho, Guilherme, por deixarem minha vida mais completa.

Aos professores que me acompanharam durante a graduação em Relações Internacionais e que sempre me incentivaram a dar o meu máximo dentro e fora da sala de aula, aos que me corrigiram e, pacientemente, me ensinaram um melhor caminho. Aos que foram amigos, parentes e tutores nesses quatro anos. Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Dr. Filipe Reis Melo, por ter acreditado em mim e no meu trabalho.

A todas as pessoas que me acompanharam nesta jornada: meus colegas da turma 2015.1, alunos de monitoria, amigos que fiz no Centro Acadêmico, DCE e colegas do curso de Arquivologia, Biologia e Relações Internacionais -, que lutaram comigo por uma universidade melhor.

Às colegas que fundaram o Coletivo Feminista Brígida Lourenço: Débora, Edith, Raianna, Maria Clara, Sarah, Maria Rodrigues, Raabe, Sabrina e Yara por deixarem bons frutos para todas as alunas do Campus V da UEPB. Estendo esse agradecimento a todas as mulheres que fizeram parte da construção contínua deste coletivo.

Ao meu namorado Josemir Gregório, por ter feito de João Pessoa um lugar mais agradável de viver e que com seu amor transformou-o em uma casa para mim. Por que a felicidade só é real quando compartilhada.

## RESUMO

Desde o início da política de abertura e reforma chinesa, em 1978, o país vem passando por profundas e contínuas transformações em sua economia e sociedade. No início do século XXI, as economias do Brasil e da China se aproximaram economicamente e politicamente mais do que em qualquer outro período da história. É sabido que a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. O objetivo primário dessa pesquisa consiste em estudar o estreitamento de relações bilaterais entre Brasil e China, particularmente no que concerne às relações econômico-comerciais. Para isto, analisam-se os fluxos comerciais e os fluxos de investimento de modo a inferir se as relações bilaterais ditas estratégicas são, de fato, interessantes para o Brasil.

**Palavras-Chave:** Relações Bilaterais Brasil-China; Diplomacia; Investimento Estrangeiro Direto.

.

## **ABSTRACT**

Since the beginning of the policy of opening and reforming China in 1978, the country has undergone profound and continuous changes in their economy and society. At the beginning of the 21st century, the economies of Brazil and China were economically and politically closer than any other time in history. It is known that the Sino-Brazilian partnership aimed at joint action on topics of common development interests on the international agenda. The primary goal of this research is to study the narrowing of bilateral relations between Brazil and China, particularly with regard to economic-trade relations. In order to do so, we analyze the trade flows and the investment flows in order to infer if the so-called strategic bilateral relations are indeed interesting for Brazil.

**Keywords:** Sino Brazilian Bilateral relations; Diplomacy; Foreign Direct Investment.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produtos mais importados pelo Brasil provenientes da China em 2015 .....	29
Quadro 2 - Produtos mais exportados pelo Brasil para a China em 2015 .....	30
Quadro 3 - Dois maiores investimentos chineses na América Latina e Caribe .....	41
Quadro 4 - Aquisições Chinesas no Brasil (2005-2010).....	42
Quadro 5 - Produtos mais exportados do Brasil para a China em 2015 .....	43
Quadro 6 - Investimentos Chineses no Brasil (2011-2014) .....	44
Quadro 7- Investimentos Chineses no Brasil (2014-2015).....	45

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importações e Exportações Brasil – China (2000-2016) .....	27
Gráfico 2 - Variação percentual de exportação de manufaturados brasileiros para a China (2000-2016) .....	30
Gráfico 3 - Evolução da participação da indústria de transformação no PIB (%) de 1947-2014 .....	35
Gráfico 4 - Investimentos Mundiais de 1990-2015 da China, EUA, Japão e Alemanha (maiores investidores mundiais em 2015) .....	40
Gráfico 5 - Gráfico de setores com maior investimento Chinês no Brasil (2005-2015) ....	42



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>As Relações Brasil-China no Século XXI</b> .....	15
1.1	Relações Econômico-Comerciais Brasil e China .....	17
1.2	Planos de Ação Conjunta .....	20
<b>2</b>	<b>Efeito China: Uma análise das Relações comerciais e das implicações da aproximação chinesa para o setor industrial brasileiro</b> .....	25
2.1	Comércio Bilateral .....	27
2.2	Implicações da aproximação Chinesa para a economia brasileira .....	30
<b>3</b>	<b>Análise das preferências das empresas brasileiras em aquisições de empresas brasileiras no período de 2005-2015</b> .....	37
3.1	Investimentos Chineses.....	39
3.2	Setores mais procurados por chineses para aquisições no Brasil .....	41
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50

## INTRODUÇÃO

O Século XXI tem sido marcado por um protagonismo chinês no cenário internacional. Observa-se que as relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (RPC) tem se estreitado nesse século mais do que qualquer outro momento da história. Desde 2001, com o ingresso da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC), as relações que nas décadas anteriores eram entendidas por estudiosos como fortes, embora modestas, se estreitaram mais e alçaram seus maiores níveis na primeira década deste século.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a China como uma economia de mercado, em 2004. Nesta época, a China já representava expressiva participação no comércio internacional, mas estava longe do protagonismo que detém nos dias atuais (NETTO, 2016, p.17). Até 2003, a ascensão da China gerou um intercâmbio comercial muito positivo para o Brasil, a importância internacional que a RPC adquiriu foi favorável ao comércio brasileiro tanto pelo papel das empresas chinesas no mercado de *commodities*, quanto pelo efeito geral da demanda destes produtos no cenário internacional.

Em 2009, a China alçou a posição de maior parceira comercial do Brasil, passando os Estados Unidos, que se tornou, desde então, o segundo maior parceiro comercial do país. Em contrapartida, o Brasil está entre os 10 maiores sócios comerciais da República Popular da China. O que se tem observado nestes últimos anos é que o padrão de comércio indica que o Brasil importa cada vez menos produtos manufaturados, enquanto tem retificado seu histórico papel de exportador de matérias primas.

Ao longo da pesquisa procurou-se delinear a evolução das relações da política externa brasileira para a China, observando como a aproximação entre as nações vem convertendo-se em ações de estreitamento das relações políticas e econômicas; procurou-se também identificar a relação entre o fluxo comercial entre os dois países, a política externa e a queda do desempenho da indústria nacional, no período delimitado pela pesquisa e, por último, analisar a relação entre o fluxo de investimento entre os dois países e identificar os setores de preferência de empresas chinesas em aquisições de empresas brasileiras de modo a compreender a nova dinâmica de investimentos estrangeiros no Brasil.

A pesquisa tem como pergunta norteadora: As relações bilaterais sino-brasileiras ditas estratégicas são, de fato, interessantes para o Brasil, uma vez que acarretam mudanças estruturais

em sua economia, perda de complexidade econômica e pode levar o país para certa fragilidade no que concerne a sua Soberania Energética? O objetivo primário dessa pesquisa consiste em estudar o estreitamento de relações entre Brasil e China, particularmente no que concerne às relações econômico-comerciais e seus efeitos na estrutura industrial nacional.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos que abordaram, em diferentes perspectivas, as relações bilaterais entre o Brasil e a China. O primeiro capítulo far-se-á um levantamento histórico das relações diplomáticas do Brasil e China no século XXI, analisando dois importantes documentos firmados entre as duas nações, a saber: o Plano de Ação Conjunta firmado em 2010 e, sua atualização, o Plano de Ação Conjunta firmado em 2015.

O segundo capítulo desta monografia dissertará sobre as relações econômico-comerciais entre os referidos países. Como já foi mencionado, China e Brasil compartilham de fortes interações comerciais que, em um primeiro momento, parecia bastante positivo para o Brasil, que, como consequência, gozou de diversos superávits em decorrência do aumento de vendas de *commodities* para empresas chinesas. No entanto, tem-se observado alguns efeitos preocupantes deste estreitamento de relações, a exemplo da extrema concentração da pauta de exportação brasileira, no qual tem-se notado uma diminuição de produtos manufaturados e uma tendência à perda de complexidade da economia do Brasil, pelo menos motivo.

No terceiro capítulo, discute-se a nova dinâmica das relações bilaterais sino-brasileiras: os investimentos diretos. O investimento direto proveniente da China tem chegado ao Brasil timidamente desde 2005, tendo seu ápice no ano de 2010 com a compra de 40% de uma petroleira brasileira (repsol) em outubro daquele ano. Neste capítulo, a autora tem o intuito de analisar os setores de preferência chinesa para investimento no Brasil.

## AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI

Estabelecidas em 15 de agosto de 1974 as relações diplomáticas entre Brasil e China têm evoluído de maneira intensa e assumido crescente complexidade (ITAMARATY, 2018). Segundo Altemani (2004), a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Mesmo com a evidente diferença em relação aos sistemas políticos, ambos os países demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, como aponta Altemani (2010, p.12), são exemplos: a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos.

Ao longo destes mais de quarenta anos de relação diplomática entre a República Federativa do Brasil e República Popular da China, ambos os lados executaram programas de inclusão social que se tornaram referência para os países em desenvolvimento, em um quadro de coesão interna, estabilidade macroeconômica, criação autóctone de conhecimento e inserção competitiva nos fluxos de comércio e investimentos globais. Em reconhecimento a isto, a comunidade internacional convidou-os a assumir responsabilidades ampliadas em temas de interesse global no âmbito de foros multilaterais (GRAÇA LIMA, 2016)

Em 1993, no governo de Itamar Franco, a Ásia foi definida como uma das prioridades da diplomacia brasileira em função do seu potencial cooperativo nos campos científicos e tecnológico, bem como enquanto mercado para exportação e importação (OLIVEIRA a, 2010, p. 14), naquele mesmo ano, Brasil e China estabeleceram o que ficou conhecido como uma “Parceria Estratégica”<sup>1</sup> para as relações bilaterais, as quais, em 2012, durante a visita do ex-primeiro-ministro Wen Jiabao, foi elevada à categoria de Parceria Estratégica Global (HOLANDA, 2016, p.55).

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, no pronunciamento de sua posse em 1º de Janeiro de 1995, definiu a Ásia como uma das prioridades de sua política externa e reafirmou a China como parceira tradicional importante para o Brasil:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em 07 de Abril de 2018.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política quanto econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nossa participação nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós apartheid. Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social (FHC, Discurso de Posse, 1995).

Em seu segundo mandato, já no século XXI, Fernando Henrique Cardoso desempenha importantes visitas a Seul, Dili e Jacarta, sendo o primeiro presidente brasileiro a visitar essas capitais asiáticas (OLIVEIRA a, 2010, p.15), fato histórico para a política externa do país.

A tendência histórica das relações bilaterais sino-brasileiras que até as décadas anteriores eram marcadas por relações corretas, embora modestas, começou a ganhar mais força nos primeiros anos deste século. Conforme Domingues Ávila (2010), desde 2001 começou a haver uma expansão das relações econômicas e políticas entre esses dois países. Aquele ano foi marcado pelo ingresso da China no quadro dos Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), naquela época, a República Popular da China (RPC) já representava expressiva participação no comércio internacional, mas estava longe do protagonismo que detém nos dias atuais (NETTO, 2016, p. 17).

Um aspecto eminentemente político do posicionamento internacional da RPC concerne à noção de ascensão pacífica, desenvolvimento pacífico e mundo harmonioso, remetendo à ideia de que a China é uma potência emergente cujo desenvolvimento não seguirá os padrões históricos de potências do passado com a utilização de força militar ou conquista territorial, mas segundo critérios de cooperação mútua, comércio e diálogo (MILANI e CARVALHO, 2012).

O século XXI foi cenário do adensamento das relações bilaterais de maneira geral -, Segundo Cervo e Bueno (2015, p.557) isso se deu por três motivos: (i) por causa da crise do multilateralismo, uma manifestação da ineficiência da ONU e também pela incapacidade da OMC em levar a termo a Rodada Doha; (ii) o reforço do Estado após o malogro do Neoliberalismo especialmente na América Latina, assim como o reforço do unilateralismo dos EUA; e (iii) a multiplicação dos acordos bilaterais de livre comércio que podem ser considerados como a nova política comercial programada à margem da OMC.

Em geral, o diálogo entre Brasil e China ocorre bilateralmente, embora existam também canais multilaterais em que ambos fazem parte, como as Nações Unidas, o G-5 (Brasil, China, México, Índia e África do Sul), o G-20 (Brasil, China e outros países industrializados e em desenvolvimento de diferentes países) (DOMINGUEZ AVILA,2010, p.16), além do BRICS, BASIC<sup>2</sup> e OMC.

## **1. Relações Econômico-Comerciais Brasil e China**

A partir do início do século XXI, com a intensificação da relação bilateral sino-brasileira, houve o aumento no volume de produtos transacionados entre esses dois países, com uma relevância da presença chinesa para o mercado brasileiro em razão da venda de produtos primários e a elevação dos preços destes produtos no mercado internacional. O Brasil, então, começou a modificar a orientação de sua pauta de produtos destinados ao comércio exterior e, desta forma, mudou também a maneira de inserção no comércio internacional.

No Oriente, com a superação da crise asiática, a China encontra o cenário propício para a abertura de seu mercado. Acioly, Pinto e Cintra (2011) afirmam que a dinâmica do produto chinês, na década de 2000, veio acompanhada do aumento de sua importância para a evolução do comércio mundial que apresentou crescimento elevado entre 2000 e 2009 - de 9,4% e de 9,3% para as exportações e as importações.

As relações bilaterais Brasil-China se fizeram como base nos princípios da confiança mútua, comércio bilateral e coordenação de posições no âmbito das políticas multilaterais, conforme comunicados exarados durante das trocas de visitas dos dois presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, em 2004 e 2010 (CERVO e BUENO, 2015, p.558).

Em seu discurso de posse em 1º de Janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cita nominalmente a necessidade de aprofundamento das relações com a China e outros países em desenvolvimento.

Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras. (DISCURSO DE POSSE, 2003).

---

<sup>2</sup> O grupo conhecido pelo acrônimo BASIC agrega autoridades e altos oficiais de quatro países em desenvolvimento (Brasil, África do Sul, Índia e China) para coordenar posições e formular propostas concretas relacionadas às mudanças climáticas. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/entenda-o-basic>.

Na ocasião de celebração dos 30 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, que aconteceu em Brasília em 15 de agosto de 2004, o presidente Lula se dirige ao Presidente Hu Jintao ao se dizer confiante com o fortalecimento cada vez maior da relação entre os dois países e reafirma que esta relação seria orientada pelos quatro princípios que até então tinham sido o fundamento da relação.

Estou confiante de que o futuro nos reserva o fortalecimento cada vez maior da auspiciosa parceria entre Brasil e China, fundamentada nos quatro princípios que têm orientado nosso relacionamento bilateral, quais sejam: fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo de igualdade; aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo (REPERTÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA, 2007, p. 129).

Em 2004, no ano da primeira troca de visitas dos presidentes brasileiro e chinês, foi criada a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)<sup>3</sup>, o que demonstrou que essa tendência de aproximação econômica e política entre o Brasil e a China geram importantes consequências tanto em termos estritamente bilaterais, como em âmbitos multilaterais (DOMINGUES ÁVILA, 2010, p. 10). Além de que, nesse mesmo ano, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o status de economia de mercado da China no Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 12 de novembro de 2004<sup>4</sup>.

Atualmente, as relações econômicas bilaterais são extremamente significativas para ambos os países. Desde o início do século, o comércio bilateral tornou-se cada vez mais crescente e intensificou-se principalmente no período de 2008 a 2013. Nesses anos de maior aproximação entre os mercados brasileiro e chinês, a China ultrapassou os Estados Unidos e ganhou o título de maior parceira comercial do Brasil no mundo, a partir de 2009<sup>5</sup>, uma consequência também da queda de consumo nos países ricos (CERVO e BUENO, 2015, P.537).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em 07 de Abril de 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9694-declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>>. Acesso em 23 de Abril de 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-no-mundo>>. Acesso em 07 de Abril de 2018.



Nesse período, além da China tornar-se a nossa principal parceira comercial, o Brasil se posiciona entre os dez maiores sócios comerciais chineses. Os investimentos de parte a parte cresceram de forma significativa, tanto na área de commodities, como em segmentos de alto conteúdo tecnológico, como aeronáutico, tecnologia da informação, projetos de infraestrutura e veículos pesados e de passeio (GRAÇA LIMA, 2016).

O ano de 2010 foi bastante expressivo para a relação bilateral sino-brasileira por dois fatores: Naquele ano houve a assinatura do Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC)<sup>6</sup> que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais, cuja versão atualizada têm vigência de 2015 a 2021 e foi firmada pela então Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro Ministro Li Keqiang em Maio de 2015<sup>7</sup> e, segundo, aquele foi o ano em que os investimentos diretos chineses no país expandiram-se consideravelmente chegando ao mais alto fluxo desde o início desta relação, com uma grande aquisição na indústria petroleira do Brasil, como se aborda mais profundamente no capítulo 3.

A criação da COSBAN (2004) e do Diálogo Estratégico Global (2012) somaram-se dois documentos de natureza estratégica – o Plano de Ação Conjunta, em 2010, e o Plano Decenal de Cooperação, em 2012 – com metas de curto, médio e longo prazo nos planos bilateral e plurilateral (HOLANDA, 2016, p.51).

No campo da Cooperação Sul-Sul, o governo chinês anunciou seus oito princípios para o desenvolvimento da cooperação econômica e técnica, - São eles: (i) igualdade e benefícios mútuos; (ii) respeito à soberania dos Estados; (iii) Cooperação via empréstimos sem juros ou com juros subsidiados; (iv) apoio à sustentabilidade nacional; (v) eficiência econômica e produtiva; (vi) uso de equipamentos e insumos chineses; (vii) capacitação técnica; (viii) igualdade de tratamento entre técnicos chineses no plano nacional (CHINA, 2011, p. 32 apud MILANI e CARVALHO, 2012).

Segundo Holanda (2016, p. 53), a prevalência do setor estatal no sistema econômico favorece decisões de investimento de mais longo prazo, como evidenciado na licitação do Campo de Libra, em 2013, com a presença de duas empresas chinesas dentre as quatro do único consórcio. No plano externo, a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e do Banco

---

<sup>6</sup> O Plano de Ação Conjunta (2010-2014), assinado em 2010, define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais, e sua vigência foi estendida até 2021. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/141-brasil-e-china-o-aprofundamento-de-uma-parceria-estrategica>>.

<sup>7</sup> Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-no-mundo>>. Acesso em 07 de Abril de 2018.

Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII) – criado por iniciativa chinesa e que tem o Brasil como um de seus membros fundadores -, assinala importante avanço na medida em que os países membros são dotados de instrumentos para implementar projetos de desenvolvimento e para enfrentar circunstâncias adversas no plano externo.

Nas relações comerciais, houve um aumento em 351,8% das compras chinesas no Brasil e em 106% das compras brasileiras na China, de 2000 a 2004 (BECARD, 2011, p. 36). Em 2009, quando a China tornou-se maior parceira comercial brasileira foram várias as transformações verificadas na estrutura industrial chinesa decorrentes da articulação de políticas governamentais, que podem ser entendidas como um dos fatores determinantes de sua estratégia contemporânea de desenvolvimento (COELHO et al, 2015, p.92).

## **2. Planos de Ação Conjunta**

Grande parte desse estreitamento das relações econômicas e comerciais bilaterais diz respeito também aos documentos de parceria firmados entre os dois países. Como já dito, em 2009, a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COBAN) elaborou o Plano de Ação Conjunta (2010-2014) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China que foi assinado no dia 15 de Abril de 2010 e entrou em vigor a partir da data de assinatura com validade de cinco anos. Este documento fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2010).

Este primeiro documento teve como intuito promover orientações e objetivos para o desenvolvimento abrangente e aprofundado da parceria entre os dois países, intensificando ainda mais os princípios de “cooperação amigável” e “mutuamente benéfica”. Os objetivos gerais são sete: (i) fortalecer as consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais de interesse mútuo; (ii) ampliar e aprofundar as relações bilaterais em todas as áreas; (iii) aprimorar as iniciativas de cooperação e seus mecanismos institucionais; (iv) estabelecer metas precisas para cada área de cooperação; (v) monitorar e avaliar as metas já estabelecidas; (vi) promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo; e (vii) adotar a visão estratégica das relações bilaterais a médio e longo prazo para desenvolvimento no cenário internacional (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2010).

Um aspecto interessante da parte política do (2010) é o comprometimento com o fortalecimento do contato e aprimoramento dos mecanismos de diálogo entre os Ministérios das Relações Exteriores dos ambos os países. No artigo 4º, § 3º, parágrafo segundo denomina esta ação como “Diálogo Estratégico” que tem como fim intensificar a confiança política e promover a cooperação das duas partes em todas as áreas.

Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países fortalecerão os mecanismos do Diálogo Estratégico e da Subcomissão Política, a fim de intensificar a confiança política mútua e ampliar a visão estratégica comum. O Diálogo Estratégico terá como foco a troca de visões sobre o planejamento estratégico das relações bilaterais e sobre temas internacionais e regionais importantes, de interesse comum. A subcomissão Política terá como foco as consultas sobre relações bilaterais, a fim de promover a cooperação das duas Partes em todas as áreas (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2010, p.3).

Nisto, ambos os países se comprometem a manter consultas e trocas regulares de opiniões sobre planejamento político, questões multilaterais e também controle de armas, mudanças climáticas e direitos humanos (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2010). Outro aspecto importante delineado no documento é a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, com diálogos aprofundados e específicos sobre alguns temas como a reforma da ONU e do Conselho de Segurança.

Conduzirão, tendo em vista a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, diálogos aprofundados e específicos sobre os seguintes temas internacionais de importância: a) reforma da Organizações das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, b) governança econômica global e reformas das instituições econômicas/financeiras globais, c) crise financeira internacional, d) negociações da Rodada de Doha da OMC, e) mudanças de clima e proteção ambiental, f) segurança alimentar, g) segurança energética, h) Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, i) financiamento para o desenvolvimento, j) controle de armas, desarmamento, não-proliferação, h) conflitos regionais (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2010, p.4)

Na área econômico-comercial as partes reafirmam a importância da cooperação nestas áreas para ambos os países e como aspecto imprescindível para a Parceria Estratégica Brasil-China, comprometendo-se a tomar medidas concretas e efetivas para promover o desenvolvimento das relações bilaterais econômicas e comerciais em base sólidas, além de intensificar a formulação de políticas públicas por meio da COSBAN com vistas ao aperfeiçoamento da cooperação econômica, comercial e em infraestrutura entre as duas nações.

No Plano de 2010, as duas Partes reconhecem a importância de consolidar e desenvolver a cooperação econômica bilateral e se comprometem a se esforçarem conjuntamente para diversificar e promover o crescimento do comércio e dos investimentos, bem como para resolver disputas comerciais através de consultas e diálogo conduzidos de forma amistosa. O intercâmbio de informações sobre investimentos e oportunidades de investimento bilateral, assim como a promoção de cooperação na área de investimentos entre empresas das duas Partes também está previsto neste documento.

O documento mais recente e atualmente em vigor, o Plano de Ação Conjunta (2015-2021) tem mudanças modestas em sua constituição. Os objetivos gerais continuam basicamente os sete do documento anterior mais um: “Reconhecer o papel vital desempenhado pela economia do conhecimento na inserção competitiva de ambos os países na economia global” (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2015). A parceria estratégica, no novo documento, alçou o grau de “Parceria Estratégica Global” através do qual as Partes, além de manterem o Diálogo Estratégico descrito no Plano de 2010, concordam ainda em apoiar e fortalecer o diálogo entre China e a América Latina e Caribe (ALC) por meio de fóruns e mecanismos já existentes.

No Plano de 2015, a área de econômico-comercial também é colocada como um elemento central da relação bilateral tendo bases igualitárias e mutualmente benéficas. O Brasil e a China também se comprometem a apoiar os esforços do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) para promover o diálogo e a cooperação entre as duas comunidades empresariais (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2015).

Um aspecto novo do Plano de Ação Conjunta vigente na área econômico-comercial foi o comprometimento do incentivo de empresas chinesas a participar em um ou mais processos licitatórios de projetos de concessão ferroviária durante a vigência do Plano que vai de 2015 a 2021, e fica a cargo da Parte brasileira a disponibilização das informações básicas necessárias para o processo (PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, 2015).

Visto que há problemas para o comércio brasileiro em decorrência da especialização do país na exportação de produtos primários para a China, o que ocasionou uma perda de complexidade da pauta de exportação brasileira, no novo Plano de Ação as Partes se comprometem a “identificar medidas e políticas no nível bilateral para expandir a participação de produtos de alto valor agregado no comércio bilateral, especialmente entre as exportações brasileiras, as quais são concentradas em produtos básicos (commodities)” (PLANO DE AÇÃO

CONJUNTA, 2015, p.3). E estimularão, da mesma forma, a cooperação entre pequenas e médias empresas dos dois países

O que se percebe ao se debruçar aos estudos das relações políticas e estratégicas entre Brasil e China é que há um grande interesse de aproximação e de fortalecimento das relações bilaterais entre eles. Com o crescimento Chinês no século XXI, as relações econômicas entre Brasil e China se fortaleceram bastante chegando a ser a relação comercial mais importante para o Brasil. No entanto, percebe-se que a parceria estratégica sino-brasileira vem sendo galgada antes mesmo do início do novo século e fortalecida por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff, em seus respectivos mandatos.

A criação, em 2009, da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COBAN) e a assinatura dos Planos de Ação Conjunta (2010 e 2015) demonstram uma tentativa de promover orientações e estabelecer princípios e objetivos para o fortalecimento dessa parceria bilateral e para que ela seja, como diz o próprio documento, mutualmente benéfica.

A atualização do segundo Plano de Ação Conjunta, o de 2015, demonstra a preocupação de ambos os países em mitigar assimetrias na relação bilateral entre Brasil e China. Um dos pontos que merece atenção é o reconhecimento de um maior apoio à indústria nacional brasileira que se enfraqueceu durante a especialização do país na exportação de matérias primas para a China. É sabido que o Brasil já tem uma tendência histórica de exportador de produtos primários e que a China não pode ser totalmente culpabilizada pela queda da participação da indústria no PIB – fato que será discutido melhor no capítulo 2 -, no entanto, as Partes se comprometem em assinatura do PAC (2015) em identificar medidas para expandir a participação de produtos de alto valor agregado no comércio bilateral e estimular parcerias entre pequenas e médias empresas de ambos os países.

Desta forma, problemas que serão discutidos posteriormente nesse trabalho como aspectos negativos da parceria sino-brasileiras estão sendo, de certa forma, discutidos em fóruns e conselhos bilaterais na tentativa de mitigar as assimetrias que possam afetar suas economias. Assimétricas essas que estão sendo entendidas por pesquisadores e estudiosos do tema como mais negativas para o Brasil do que para a China.

No capítulo dois deste trabalho, estuda-se mais profundamente o setor em que estas assimetrias de mostram mais evidentes: o setor econômico-comercial. Neste setor constata-se

uma forte relação entre China e Brasil e, ao longo do capítulo, será possível identificar como que até certo ponto o Brasil se beneficiou desta relação e após esse primeiro momento, começou a sentir os riscos e efeitos negativos de se aproximar de um gigante.

## EFEITO CHINA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DAS IMPLICAÇÕES DA APROXIMAÇÃO CHINESA PARA O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO (2001 – 2015)

As relações econômicas entre Brasil e China tornaram-se cada vez mais crescentes e intensificaram-se no período de 2008 a 2013, fato que outorgou à China o título de maior parceira comercial do Brasil desde 2009 (SANTOS e OLIVEIRA, 2014, p. 16). Este é um estudo da evolução do fluxo comercial sino-brasileiro e seus efeitos na estrutura econômica brasileira, especialmente no setor industrial, e tem como pergunta norteadora a seguinte questão: as atuais dificuldades enfrentadas pelo setor industrial brasileiro são consequência da aproximação comercial com a China?

Ao longo da segunda metade da década de 2000, as economias do Brasil e da República Popular da China (RPC) aproximaram-se economicamente e politicamente mais do que qualquer outro período da história. A assinatura, em 2010, do Plano de Ação Conjunta (2010-2014)<sup>8</sup>, a ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em 2012,<sup>9</sup> e afirmação do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021)<sup>10</sup>, são exemplos desse estreitamento das relações entre os dois países. O ano de 2010 constituiu, por sua vez, ponto de inflexão para os investimentos diretos chineses no país, que desde então expandiram sua participação e em 2016 já deteve estoque total de magnitude comparável ao de investidores como Suíça, Luxemburgo, Canadá e México (ROSITO, 2016, p. 65).

As relações econômicas entre Brasil e China tornaram-se cada vez mais crescentes e intensificaram-se no período de 2008 a 2013. A RPC transformou-se em parceira comercial de grande relevância em vários países da América Latina nesse mesmo período (OURIQUES, 2015, p.9). Foram várias as transformações verificadas na estrutura industrial chinesa decorrentes da articulação de políticas governamentais, que podem ser entendidas como um dos fatores

---

<sup>8</sup> O Plano de Ação Conjunta (2010-2014), assinado em 2010, define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais, e sua vigência foi estendida até 2021. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/141-brasil-e-china-o-aprofundamento-de-uma-parceria-estrategica>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/141-brasil-e-china-o-aprofundamento-de-uma-parceria-estrategica>>.

<sup>10</sup> A elaboração e implementação do Plano Decenal tem por objetivo aprofundar a execução do Plano de Ação Conjunta assinado pelos líderes dos dois países, com foco na promoção da cooperação em ciência e tecnologia, econômica, cultural e entre os povos, num período de dez anos. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>>.



determinantes de sua estratégia contemporânea de desenvolvimento (COELHO et al, 2015, p.92).

Segundo Cunha et al (2009), analistas têm se dividido entre aqueles mais otimistas quanto aos efeitos da ascensão chinesa sobre a região latino-americana e os mais céticos. No primeiro grupo, argumenta-se que o crescimento do país asiático cria uma janela de oportunidades para a expansão das exportações na região, principalmente de recursos naturais, assim como atrai investimentos na área de infraestrutura. Enquanto o segundo grupo teme que a especialização na produção e exportação de recursos naturais, associada à concorrência dos produtos chineses no país, represente um grave risco para suas economias.

Para iniciar a discussão sobre a evolução do fluxo comercial entre as duas nações e seus efeitos no setor industrial brasileiro, o presente trabalho será dividido em três seções: na primeira seção, discute-se a evolução do comércio bilateral sino-brasileiro; na segunda, identificam-se as implicações da aproximação chinesa para a economia brasileira; na terceira seção são apresentadas algumas observações conclusivas acerca da temática.

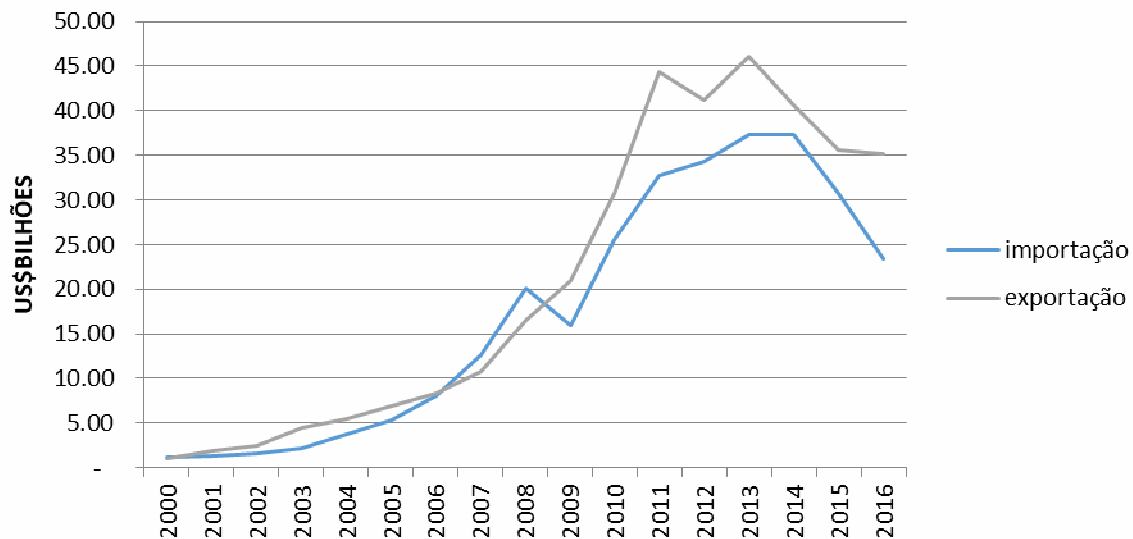
## **1. Comércio Bilateral**

O crescimento chinês no início do século XXI teve impacto sobre vários mercados globais. Esse elevado crescimento foi impulsionado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, onde foram estabelecidas as bases para a aceleração e consolidação deste protagonismo comercial. A importância que a China adquiriu nesse período foi favorável ao Brasil considerando o papel das empresas chinesas, especialmente no mercado das *commodities*. O Brasil beneficiou-se diretamente com o aumento de suas exportações para o gigante asiático e, indiretamente, através do efeito geral da demanda chinesa sobre o preço das *commodities* exportadas, o que alimentou sucessivos superávits comerciais brasileiros. (PRIMEIRO NETTO, 2016; ROSITO, 2016).

O estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a China deu-se em um período de grande crescimento industrial chinês, que ao mesmo tempo que tinha uma grande demanda por *commodities*, buscava, cada vez mais, mercados consumidores para suas manufaturas. A participação da China nas importações totais do Brasil aumentou, entre 2008 e 2013, de 11,6%

para 16,3%<sup>11</sup>. Não se pode perder de vista, contudo, que a China está em um momento de (re)balanceamento e transição. O que tem feito sua participação, que vinha em ritmo crescente até 2006, ter alcançado 35,7%, e cair para 23,7% em 2014 (ROSITO, 2016, p.65).

**Gráfico 1: Importações e Exportações Brasil-China (2000-2016)**



Fonte: MDIC, 2017. Elaboração Própria

A crise que teve início em 2008 e o *boom das commodities* que se estendeu até 2011 foram momentos que tiveram importantes implicações para a parceria entre estes dois países. À medida que a corrente comercial sino-brasileira crescia exponencialmente, as exportações brasileiras passaram a ser maiores do que as importações dos produtos chineses, então o balanço comercial passou a pesar a favor do Brasil, alimentando diversos superávits. O otimismo resultante deste desempenho fez com que os anseios e referências à *ameaça chinesa* passassem a ser substituídos pela concepção da China como *aliada estratégica* (PRIMEIRO NETTO, 2016).

No entanto, o crescimento chinês acarreta alguns efeitos preocupantes para o mercado brasileiro. Pode-se destacar: (i) a extrema concentração da pauta de exportação brasileira; (ii) a tendência à perda de complexidade da economia do Brasil; (iii) a competição dos produtos manufaturados chineses no mercado doméstico brasileiro e internacional; (iv) volatilidade dos

<sup>11</sup> A evolução anual desses fluxos pode ser encontrada no site da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Assim como no site do Conselho Empresarial Brasil-China que também realiza o acompanhamento e análise regular dos fluxos comerciais.

preços das *commodities*; (v) a deterioração dos termos de troca; e, uma preocupação com (vi) o fim do superciclo das *commodities*.

É interessante perceber a evolução da parceria comercial sino-brasileira, o comércio entre as nações passou de US\$ 3,2 bilhões, em 2001, para US\$ 66,3 bilhões, em 2015. As exportações do Brasil para a China, em 2015, eram de US\$ 35,6 bilhões enquanto as importações US\$ 30,7 bilhões<sup>12</sup>, ou seja, a balança comercial pesava favoravelmente para o Brasil (GONZALES, 2016, p.154).

A China, ao longo do século XXI, tem se transformado na nova indústria da Economia Global (VADELL, 2014, p.136). Pode-se perceber isto ao se analisar a pauta de importados provenientes da China, que varia entre máquinas e aparelhos, mecânicos e elétricos, assim como produtos químicos, como pode ser visto no Quadro 1. Enquanto os três principais produtos exportados do Brasil para a China desde 2005 são soja, minérios e petróleo, conforme a Quadro 2. Essa interação econômica que tem se estabelecido nas relações sino-brasileiras, dá como resultado o Brasil como produtor e exportador de recursos naturais enquanto a China enquanto exportadora de manufaturas e capitais (CUNHA et al., 2012, p.137).

---

<sup>12</sup> A evolução anual desses fluxos pode ser encontrada no site da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Assim como no site do Conselho Empresarial Brasil-China que também realiza o acompanhamento e análise regular dos fluxos comerciais.

**Quadro 1: Produtos mais importados pelo Brasil provenientes da China em 2015**

	2015	US\$ MILHÕES
1º	Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	8.471
2º	Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	5.230
3º	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	1.960
4º	Embarcações e estruturas flutuantes	1.024
5º	Produtos semimanufaturados de ferro e aço	936
6º	Plásticos e borrachas e suas obras	928
7º	Têxteis e vestuário	872
8º	Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	744
9º	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	671
10º	Adbos e Fertilizantes	635

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do comércio (MDIC), 2016. Elaboração Própria.

**Quadro 2: Produtos mais exportados pelo Brasil para a China em 2015**

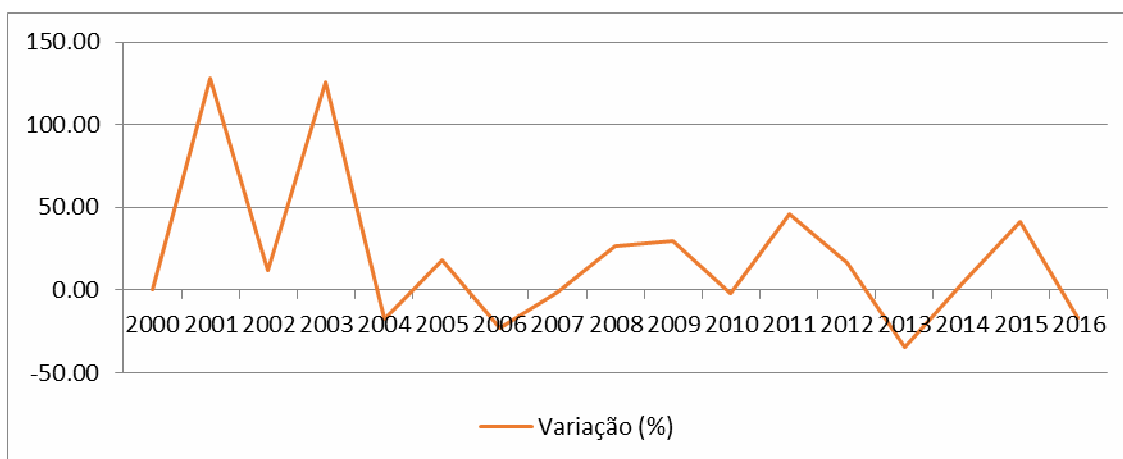
	2015	US\$ MILHÕES
1º	Soja mesmo triturada	15.788
2º	Minério de Ferro e seus concentrados	6.452
3º	Óleos brutos, petróleo e seus derivados	4.139
4º	Açúcares	764
5º	Carne de aves	608
6º	Ferro-ligas	571
7º	Cobre afinado e ligas de cobre	561
8º	Carne bovina e laticínios	476
9º	Couro e peles	426
10º	Fumo	264

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do comércio (MDIC), 2016. Elaboração Própria

A diferença das pautas de exportação e importação causa preocupação, principalmente pelo fato de que dois dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China – soja e minérios sofrem com uma influência determinante do país asiático na formação dos preços desses produtos no mercado mundial (ROSITO, 2016, p 72). As matérias-primas têm seus preços determinados através da oferta e da demanda global e não dependem de fatores qualitativos como o preço de um bem de consumo, a exemplo de um computador, que depende de fatores como marca, tecnologia utilizada e quantidade de funções<sup>13</sup>. Por isto, Rosito (2016) afirma que a China tem papel fundamental na determinação destes preços no mercado mundial, pois é, na maior parte das vezes, a grande consumidora destes produtos que são exportados pelo Brasil, como pode-se ver no Quadro 2.

Nota-se que nos últimos 15 anos houve uma perda de espaço de produtos manufaturados vendidos para a China, resultando em uma perda de complexidade na pauta de exportação brasileira. Os produtos manufaturados brasileiros, além de competirem com os manufaturados chineses dentro do próprio país, apresentam desvantagem porque os produtos chineses geralmente chegam com preços abaixo do mercado, ainda competem com esses mesmo produtos no mercado internacional. (PRIMEIRO NETTO, 2016).

**Gráfico 2: Variação percentual de exportação de manufaturados brasileiros para a China (2000-2016)**



Fonte: MDIC, 2017. Elaboração Própria.

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/entenda-como-sao-determinados-os-precos-dos-nossos-produtos.aspx>. Acesso em 15 de março de 2018.

Como pontua Primeiro Netto (2016), é necessário refletir sobre os rumos das relações de comércio entre China e Brasil nestes 15 anos (2001-2015) da relação bilateral Brasil China, pois estes primeiros anos nos darão o alicerce necessário para questionar sobre como os termos das trocas têm se tornado qualitativamente desfavorável ao nosso país e como tal interesse chinês por *commodities* tem impellido o Brasil a assumir a tradicional vocação de exportador de matérias-primas e analisar a vulnerabilidade de se ocupar tal posição.

## **2. Implicações da aproximação chinesa para a economia brasileira**

De acordo com Jenkins (2015), a volatilidade dos preços das *commodities* tem sido vista como um aspecto negativo da especialização em produtos primários e que os perigos de se depender fortemente desses produtos seria, por exemplo, a deterioração dos termos de troca, conceito utilizado pela primeira vez pelo economista argentino Raúl Prebisch, em 1950.

A tese de Prebisch consiste em que se deve esperar uma deterioração secular dos termos de troca entre produtos primários e produtos manufaturados, uma vez que há uma retenção praticamente integral dos frutos dos processos técnicos em países desenvolvidos fazendo com que o aumento da produtividade seja absorvido pelos países desenvolvidos através de alguns fatores, como: (i) uma maior remuneração do trabalho; (ii) uma maior remuneração do capital, e (iii) os produtos primários tendem a ter uma elasticidade-renda inferior à dos produtos manufaturados, em decorrência de características do processo de desenvolvimento econômico (GONÇALVES e BARROS, 1982, p. 111).

A grande dependência da exportação de *commodities* é a principal causa das atuais dificuldades políticas e econômicas da América Latina. Segundo González (2016), a contração econômica da China, causada por fatores domésticos e também pela desaceleração da atividade econômica mundial, resultante da crise econômica global, evidenciou a fragilidade estrutural do crescimento baseado em *commodities*. A América Latina tem sido uma região que participa da Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor de produtos primários e matéria-prima, levando a argumentação no meio acadêmico que esta é uma das principais razões para seu subdesenvolvimento e de sua grave desigualdade social estrutural.

Segundo Tavares (1972), vincula-se o quadro da divisão internacional do trabalho a um crescimento da economia voltado “para fora”, no qual há uma separação nítida entre a capacidade produtiva destinada a atender os mercados interno e externo. No caso dos países

desenvolvidos, não é possível distinguir um setor propriamente exportador: as manufaturas produzidas são tanto exportadas quanto consumidas em grandes proporções dentro do país.

Na América Latina, no entanto, há uma divisão nítida entre os setores externo e interno da economia. O setor exportador tem por característica ser um setor bem definido da economia, onde há alta rentabilidade econômica e especialização em um ou poucos produtos dos quais apenas uma pequena parcela é consumida internamente, enquanto o setor interno tem uma baixa produtividade, basicamente de subsistência. Nisto, o setor mais produtivo – o externo, se mostra com uma distribuição de renda extremamente desigual, tendo a maior parte da população níveis de renda baixíssimos e as classes de altas rendas níveis e padrões de consumo dos grandes centros (TAVARES, 1972, p.32).

Economistas heterodoxos têm uma longa tradição em especificar os manufaturados como a chave para o desenvolvimento econômico, mais precisamente, os economistas heterodoxos acreditam que a indústria é o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas (Thirwall, 2001; Tregenna, 2009 *apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 3). Os efeitos de encadeamento para frente e para trás da cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que em outros setores da economia. A indústria é caracterizada pela presença de economias estáticas e dinâmicas em escala de tal forma que a produtividade na indústria é uma função crescente da produção industrial. Com isso, a produtividade dos fatores é mais que proporcional ao aumento da produção, no setor industrial, por causa das economias em escala. Esse fenômeno é conhecido como Lei de Kaldor-Verdoorn (GUIMARÃES, 2002).

Oreiro e Feijó (2010, p.4) complementam, ainda, que boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro, pois é na indústria que ocorrem as mudanças tecnológicas. Outro fator importante citado pelos autores, é que a elasticidade-renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade-renda das importações de *commodities* e produtos primários, de modo a concordar com a teoria de Prebisch (1959) sobre a deterioração dos termos das trocas, explicado anteriormente.

Na visão dos economistas críticos, a indústria é vital para o crescimento e as nações podem construir vantagens competitivas por meio de políticas industriais. Argumentam, ainda, que a ação estatal é diretamente proporcional: (i) às fragilidades e insuficiências do mercado; e



(ii) ao atraso relativo de cada frente à fronteira tecno-produtiva, o que explicaria uma maior presença do Estado nos países em desenvolvimento retardatário (CUNHA, A. et al., 2012).

Cunha et al. (2012) pontuam a intensa urbanização, a perda relativa da agricultura na geração de renda e a forte elevação da participação do comércio exterior no PIB. A ampliação da participação da indústria na renda liderou o processo de modernização produtiva, no país asiático. Enquanto que no Brasil e na América Latina, no geral, o período que se seguiu à crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, foi marcado por uma perda de dinamismo da indústria e pela queda dos investimentos.

A comparação entre Ásia e América Latina, segundo Cunha et al. (2012), demonstram as dificuldades das economias desta segunda região em manter estruturas produtivas e de comércio exterior mais densas e sofisticadas. É a partir dos anos 1980 que os países da Ásia começam a ampliar sua internacionalização, mantendo, desta forma, níveis mais elevados de participação da indústria no PIB, enquanto isso os países latino-americanos assistem a uma intensa desindustrialização.

A desindustrialização, citada pelo autor, também é um fator de inquietação para outros pesquisadores. De acordo com Jenkins (2015), esse foi um debate que se iniciou com a preocupação de economias industriais avançadas na década de 1960. No entanto, tem sido visto como um problema em economias em desenvolvimento. Tal fenômeno é associado com a contração do setor industrial. Na maior parte das literaturas sobre o tema, o Norte se concentrou no declínio da participação do setor manufatureiro no emprego total e privilegiou o setor terciário.

Com base nesse conceito, os assim chamados países desenvolvidos ou do "primeiro mundo" teriam passado por um forte processo de desindustrialização a partir da década de 1970, mas compensaram essa perda com o desenvolvimento do setor de serviços; ao passo que a América Latina teria passado pelo processo de declínio industrial na década de 1990, o que coincide com o período de implantação das políticas liberalizantes associadas ao "consenso de Washington" (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 2).

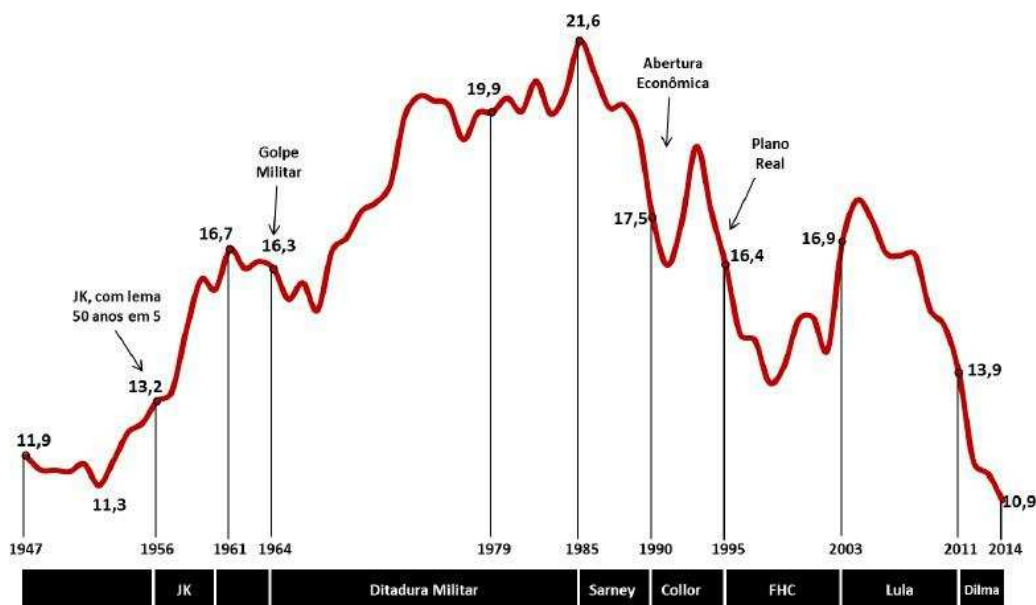
A desindustrialização do Brasil iniciou-se por volta da década de 1980, quando o país sofria uma precária situação interna, de hiperinflação, desorganização fiscal e dívida externa exorbitante. Esses fatores anulavam a capacidade de atuação do governo, que até então era um

forte estimulador de nossa indústria. A dificuldade de conseguir créditos a longo prazo e as incertezas quanto aos preços, acabavam desestimulando também os investimentos privados.<sup>14</sup>

Segundo Marquetti (*apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 5), a "desindustrialização" ocorrida nesse período teria sido consequência do baixo investimento realizado na economia brasileira, em geral, e, particularmente, no setor industrial. Tal processo seria essencialmente negativo sobre os prospectos de crescimento da economia brasileira, haja vista que estaria associado à transferência de recursos e de trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando assim um menor crescimento do produto potencial no longo prazo.

A preocupação com a desindustrialização no Brasil está comumente relacionada à crescente concorrência dos produtos manufaturados vindos da China para o mercado brasileiro (FARIAS e PEDROZO, 2012 *apud* JENKINS 2015, p. 6). Embora alguns autores admitam que “Trata-se muito mais de um problema estrutural do que conjuntural e que, sem dúvidas, tem sido exponencialmente acentuado pelo apetite chinês por produtos básicos e pela acentuada demanda brasileira de manufaturados” (OLIVEIRA a, 2012, p.188).

Gráfico 3: Evolução da participação da indústria de transformação no PIB (%) de 1947-2014



Fonte: IBGE. Elaboração: Depecon-FIESP segundo método Bonelli e Pessoa, 2010.

<sup>14</sup> DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONOMICOS, FIESP. Perda de participação da indústria no PIB. São Paulo, maio, 2015.pág. 13

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2015), a participação da indústria brasileira no PIB em 2015 foi similar à da década de 1940, correspondendo cerca de 10% do valor adicionado na economia do país<sup>15</sup>, o que demonstra uma queda brusca desta participação nas últimas décadas, conforme o Gráfico 3. Como pontua Oreiro e Feijó (2010), a “desindustrialização” é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa de crescimento.

O presente estudo teve por objetivo central discutir a dinâmica imposta pela aproximação chinesa à economia brasileira e refletir sobre os rumos das relações de comércio entre esses dois países, de forma a alertar para os riscos de se analisar tal aproximação apenas quantitativamente. O grande crescimento e adensamento das trocas comerciais entre Brasil e China contribuíram para o dinamismo da economia brasileira nos últimos anos, um reflexo de um superciclo de *commodities* e, por consequência disto, a grande concentração da pauta exportadora brasileira em produtos primários. As relações bilaterais de comércio do Brasil com a China devem ser analisadas levando em consideração todo o contexto que foi exposto. Utilizando-se de uma análise quantitativa, tendo em vista as exportações do Brasil para a China, predomina o efeito favorável para o Brasil pelo aumento do seu PIB; por conseguinte, nas importações, verifica-se um crescimento intenso das importações de produtos manufaturados, com competição crescente e competitiva no mercado brasileiro, com produtos originários da China (HIRATUKA e SARTI, 2016).

Neste contexto, percebe-se uma grande dependência brasileira da exportação de *commodities*, reafirmando a posição brasileira de fornecedor de produtos primários e matéria-prima e sua participação – junto a outros países latino-americanos –, dentro da Divisão Internacional do Trabalho, de forma a acentuar problemas estruturais, a exemplo da grave desigualdade social no país. Este tema já foi bastante discutido dentro da academia, havendo, hoje, levando ao forte argumento que esta é uma das principais causas para o subdesenvolvimento da região, pois há uma divisão entre a capacidade produtiva destinada aos setores externo e interno.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4194804/participacao-da-industria-no-pib-volta-decada-de-40-diz-ibre>>.

Outra problemática abordada neste capítulo da monografia foi o fenômeno da desindustrialização, que é um fator de inquietação para alguns pesquisadores e é associado à contração do setor industrial e ao declínio da participação do setor manufatureiro no emprego total. Como foi visto, o decréscimo da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro foi tão acentuado com 10,9% da participação da indústria de transformação no PIB, em 2014, que era similar à da década de 1940. Ou seja, houve, no Brasil, um retrocesso no setor industrial de cerca de 70 anos.

Como pode ser visto neste capítulo, a queda de participação da indústria no PIB brasileiro iniciou-se a partir do governo Sarney, em 1985, diminuindo progressivamente até 2014, tendo discretas elevações desta participação no governo Lula. Com isto, a desindustrialização do país começa a ser observada quinze anos antes do período em que os pesquisadores e observadores do tema apotam ter sido a aproximação comercial entre Brasil e China, que intensificou-se no período de 2008 a 2013.

A desindustrialização é entendida nesta pesquisa como o resultado de um somatório de escolhas políticas domésticas que quando associadas à Divisão Internacional do Trabalho resultam no cenário preocupante exposto na pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Entende-se, também, que a adoção de políticas neoliberais na década de 1990 contribuíram de forma significativa para a fragilidade do setor industrial e que a aproximação chinesa com sua posição de “competição” nos mercados doméstico e internacional apenas aceleram um processo que já acontecia desde 1985.

De forma a corroborar com autores citados neste trabalho, como Oreiro e Feijó (2010), Jenkins (2015) e Oliveira (2012) acerca da temática de desindustrialização do Brasil, pontuam-se os aspectos negativos deste fenômeno em países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro. Podem ser considerados exemplos destes aspectos negativos: a redução da geração de retornos crescentes; diminuição do ritmo de progresso técnico; aumento da restrição externa de crescimento -, havendo uma tendência em transferir recursos e trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando um menor crescimento do produto potencial no longo prazo.

No próximo capítulo discute-se sobre um novo momento da relação econômica sino-brasileira: o fluxo de investimentos – principalmente os que têm chegado da China para o Brasil

na última década. Neste capítulo, analisa-se os setores de preferência chinesa para o investimento no Brasil, desde 2005 a 2015.

## ANÁLISE DAS PREFERÊNCIAS DAS EMPRESAS CHINESAS EM AQUISIÇÕES DE EMPRESAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2005-2015

Desde o início da política de abertura e reforma chinesa, em 1978, o país vem passando por profundas e contínuas transformações em sua economia e sociedade. Assim, desde as reformas das empresas estatais na década de 1990, até a entrada na OMC, em 2001, a República Popular da China (RPC) veio construindo uma economia socialista de mercado, com todos os desafios gerados por esse gigantesco processo de transformação (ROSITO, 2016). O Século XXI, até o presente momento, tem sido marcado por um protagonismo chinês no cenário internacional. Testemunha-se, nessas últimas décadas, a coroação de um modelo próprio de crescimento – “assentado em planejamento e forte regulação do mercado, superávits comerciais e elevadas taxas de investimento” (NETTO, 2016, p. 12).

Nos últimos 15 anos, a China foi o país que mais recebeu investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo, havendo uma constante discussão no meio acadêmico em relação à entrada de multinacionais no mercado doméstico chinês (OLIVEIRA b, 2012). Esta ascensão da Ásia e, principalmente da China, resultou em uma ruptura no cenário mundial, onde a abertura econômica apresentava extremamente favorável à entrada das multinacionais no país, ávidas pelo aproveitamento da mão-de-obra barata (CASTRO *apud* OLIVEIRA , 2012).

Embora pesquisadores e observadores do tema tenham discutido de forma intensa essa dinâmica da entrada de investimento na China, a posição do país enquanto investidor tem ganhado atenção mais recentemente na literatura especializada. Este trabalho, como forma de delinear o perfil investidor da China no Brasil, procura entender quais os setores de preferência da RPC no país. Tendo em vista que dentre seus múltiplos processos de internacionalização, um dos principais intuitos chineses esteve concentrado na busca de ativos que atendiam as necessidades da economia (OLIVEIRA b, 2012). Muito embora, um estudo do IPEA, feito em 2011, aponte que o IED chinês no mundo tem se voltado para setores em que a indústria desenvolve mais capacidade competitiva. Nisto, surge a pergunta: a China tem investido mais na busca de ativos que atendam às necessidades de sua economia ou se voltado para os setores em que tem mais capacidade produtiva?

Para iniciar a discussão sobre as aquisições chinesas no Brasil e procurar entender quais as preferências do gigante asiático nos setores brasileiros, o presente capítulo será dividido em quatro seções: na primeira seção, discutem-se os tipos de investimentos estrangeiros diretos e

suas especificidades; na segunda, identificam-se os investimentos chineses de maior relevância no cenário internacional e a aproximação chinesa com a América do Sul, especialmente com o Brasil; na terceira seção, descrevem-se os setores mais procurados por chineses na aquisição de empresas brasileiras; e na quarta, são apresentadas algumas observações conclusivas acerca da temática.

## **1. Investimento Estrangeiro Direto (IED)**

Investimento Estrangeiro é definido por Sandroni (1987, p. 309) como a “aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas governos ou indivíduos de outros países. Tais investimentos podem ser de duas modalidades, diretos ou indiretos”. Quando esse investimento é direto, modalidade que trataremos ao decorrer deste texto, é aplicado na criação ou na participação acionária em empresas; e quando indiretos, assumem a forma de empréstimos e financiamentos a longo prazo (SANDRONI, 1987).

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) quando aplicado na participação acionária em empresas, podem ser através de três formas distintas: por aquisição e fusão; aquisição de títulos; ou em empreendimento público-privado. Para explicar cada uma destas três modalidades, serão utilizados três exemplos de casos de aquisições chinesas no Brasil.

Na primeira modalidade, por aquisição e fusão internacional, uma empresa estrangeira compra mais de metade das ações de uma empresa nacional, tendo, desta forma, o controle acionário da empresa adquirida. Como foi o caso da obtenção da CPLF Energia, o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, pela empresa estatal chinesa State Grid, em janeiro de 2017, quando a estatal chinesa comprou 54,6%<sup>16</sup> das ações da CPLF<sup>17</sup>.

Na segunda modalidade, por aquisição de títulos, como é o caso da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) que é uma empresa de capital aberto, a participação acionária é majoritariamente do Estado brasileiro, e já teve seus títulos vendidos para diversas empresas, inclusive chinesas, como ICBC e CIC, em 2015 e 2016, respectivamente<sup>18</sup>. E por fim, na terceira modalidade, em empreendimentos público-privados, como foi o caso do aeroporto de Viracopos que após um

---

<sup>16</sup> Dados Heritage Foundation, 2016. Disponível em <http://www.heritage.org/>

<sup>17</sup> Disponível em < <https://www.cpfl.com.br/releases/Paginas/state-grid-acquire-o-controle-acionario-da-cpfl-energia.aspx>>. Acesso em 07 de Setembro de 2017.

<sup>18</sup> Dados Heritage Foundation, 2016. Disponível em <http://www.heritage.org/>

leilão de concessão passaria a ser administrado, em um período de 30 anos, por empresas brasileiras e estrangeiras.

Os investimentos privados no exterior geralmente são feitos em decorrência de algumas motivações básicas, segundo Sandroni (1987), (i) visando a um maior lucro ou maiores facilidades fiscais e/ou legislativas; (ii) na expectativa de variações cambiais favoráveis; ou (iii) pela instabilidade política ou medo de mudanças fiscais no país de origem.

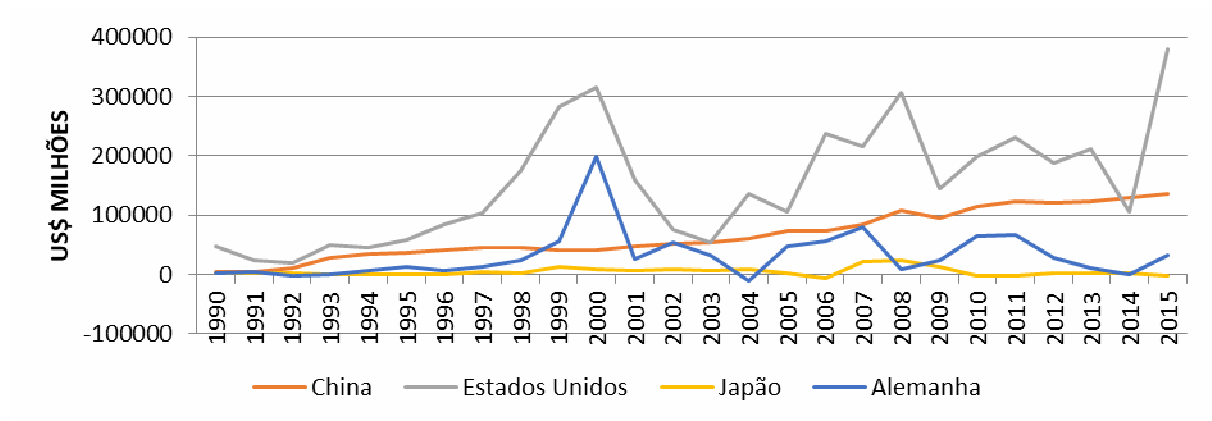
## **2. Investimentos Chineses**

Mesmo com a desaceleração da economia chinesa, a forte saída de capital do país e a necessidade de ajuste de sua capacidade produtiva, o país tem se destacado pelas aquisições feitas por suas empresas em escala global com volumes significativos. Acentuando esta tendência, as grandes corporações chinesas, sejam elas estatais ou privadas, têm anunciado compras nos mais diversos negócios em busca de novos mercados, aquisição de tecnologia, ampliação da influência econômico e social, além, também, da aquisição de recursos (CEBC, 2016).

Os chineses começaram a investir no exterior no final da década de 1970, estimulados pela política de portas abertas. Nesta mesma década, a China ganhou relevância, principalmente, como receptor de investimento estrangeiro direto (IED) (GÓMEZ, 2012). No entanto, o impulso maior de investimento veio em 1992 com Deng Xiaoping e com a estratégia de Go Global iniciada em 1999 (CEBC, 2016). Atualmente a China ocupa o segundo lugar no ranking global de maiores investidores, atrás somente dos EUA, seguida de Japão e Alemanha<sup>2</sup> como pode-se ver na Gráfico 4.



**Gráfico 4: Investimentos Mundiais de 1990-2015 da China, EUA, Japão e Alemanha (maiores investidores mundiais em 2015).**



Fonte: UNCTAD, 2017. Elaboração Própria

Segundo a CEPAL (2016), só em 2010 o fluxo estimado de investimentos estrangeiros diretos chineses na América Latina e Caribe foi de aproximadamente 14 bilhões de dólares, o dobro do acumulado nas duas décadas anteriores<sup>19</sup>. Maior parte deste valor correspondeu a duas grandes aquisições na indústria petrolífera do Brasil e da Argentina. A empresa chinesa Sinopec adquiriu 40% da petrolífera brasileira Repsol por 7,1 bilhões de dólares, enquanto a empresa chinesa CNOOC comprou 50% da petrolífera argentina Bidas por 3,1 bilhões de dólares.

**Quadro 3: Dois maiores investimentos chineses na América Latina e Caribe**

Ano	Mês	Empresa Chinesa	US\$ MILHÕES	Tamanho da Ação	Empresa	SETOR
2010	Outubro	Sinopec	\$ 7.100	40%	Repsol	Energia
2010	Março	CNOOC Ltd.	\$ 3.100	50%	Bidas Energy	Energia

Fonte: Heritage Foundation, 2016. Elaboração Própria.

A aproximação chinesa com região latino-americana foi motivada pelo seu crescimento econômico diferenciado para os padrões da época. A relação econômica do gigante asiático com a América Latina iniciou-se com uma forte relação comercial, principalmente a partir de 2001 e 2002, ocasionada, principalmente, por causa da estratégia chinesa de inserção global que ficou conhecida na literatura como *going global* (COELHO et al, 2015, p. 92). No que tange a investimentos diretos, o auge esteve no final da primeira década do século XXI. Faz parte do

<sup>19</sup> Disponível em < <https://www.cepal.org/pt-br/node/26159>>.

planejamento chinês de desenvolvimento a sua inserção econômica e política no panorama internacional, utilizando como ferramenta para isto, uma maior participação nos principais mercados comerciais globais, a atuação como investidor internacional, assim como o financiamento de projetos de infraestrutura (LEITE; RAMOS, 2016).

### **3. Setores mais procurados por chineses para aquisições no Brasil**

Acadêmicos e estudiosos do tema apontam para um novo momento da relação bilateral entre Brasil e China. Além da elevação no comércio bilateral, o que garantiu em 2009 à China o título de maior parceiro comercial do Brasil, o país asiático se coloca cada vez mais como um investidor importante no território nacional. Os investimentos que em 2007 a 2009 eram inexpressivos, ganharam força em 2010, ano que marca a descoberta do Brasil, por parte das empresas chinesas, como um potencial destino para investimentos externos (CEBC, 2016).

Este movimento de escolha do Brasil como potencial destino de investimento externo está alinhado com o processo de internacionalização das empresas chinesas nesse período, quando diversas empresas ligadas à exploração de recursos naturais ocorreram no mundo (CEBC, 2016, p. 13). A estratégia de inserção internacional intitulada na literatura de “Going Global”, que se iniciou a partir de 1999, encoraja explicitamente projetos de investimento que: (i) mitiguem a relativa escassez de recursos naturais do país; (ii) promovam exportações; (iii) promovam a aquisição de ativos específicos, a exemplo de tecnologia e (iv) ampliem a competitividade de empresas chinesas e que acelerem sua inserção nos mercados internacionais (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2006, p. 210 *apud* Apex Brasil, 2012).

Em um primeiro momento, segundo o Relatório de Investimentos Chineses no Brasil (CEBC, 2016, p. 13), a China começou a investir nas atividades diretamente ligadas aos produtos que constituíam a maior parte da pauta de exportação do Brasil para a China. A compra, citada anteriormente, da empresa Repsol pela estatal chinesa Sinopec é um exemplo cristalino do interesse chinês no setor de Petróleo e Gás, que representa o terceiro lugar entre os produtos mais exportados pelo Brasil para a China nos últimos anos.

**Quadro 4: Aquisições Chinesas no Brasil (2005-2010)**

Ano	Empresa Chinesa	US\$ MILHÕES	Empresa Brasileira	SETOR
2005	CITIC	\$ 430	Brazil Power	Energia
2006	Sinopec	\$ 1.290	Petrobras	Energia
2006	CITIC	\$ 340	ThyssenKrupp and CVRD	Metais
2009	China Communications Construction	\$ 100		Transporte
2009	Wuhan Iron and Steel	\$ 400	MMX Mineracao	Metais
2009	CIC	\$ 500	CVRD (Vale)	Metais
2010	Sany Heavy	\$ 200		Imobiliário
2010	E.C.M.E.D. Bureau (Jiangsu)	\$ 1.200	Bernardo de Mello Itaminas	Metais
2010	Sinochem	\$ 3.070	Statoil	Energia
2010	State Grid	\$ 1.720	Plena Transmissoras	Energia
2010	Chery Auto	\$ 400		Transporte
2010	Sinopec	\$ 7.100	Repsol	Energia
2010	CIC	\$ 200	BTG Pactual	Financeiro

Fonte: Heritage Foundation, 2016. Elaboração Própria.

Das quatorze transações realizadas entre empresas chinesas e brasileiras entre os anos de 2005 e 2010, cinco delas estiveram concentradas no setor de energia. Enquanto isto, quatro destes investimentos foram realizados em metalúrgicas. É interessante de se observar que tanto Petróleo, quanto o Metal ocupam lugares de destaque na pauta de exportação brasileira para a China, conforme o quadro acima. Ainda se pode ver uma transação para cada um dos setores: imobiliário, de transporte e financeiro, respectivamente.

**Quadro 5: Produtos mais exportados do Brasil para a China em 2015**

	2015	US\$ MILHÕES
1º	Soja mesmo triturada	15.788
2º	Minério de Ferro e seus concentrados	6.452
3º	Óleos brutos, petróleo e seus derivados	4.139
4º	Açúcares	764
5º	Carne de aves	608
6º	Ferro-ligas	571
7º	Cobre afinado e ligas de cobre	561
8º	Carne bovina e laticínios	476
9º	Couro e peles	426
10º	Fumo	264

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do comércio (MDIC), 2016. Elaboração Própria

Entre 2011 e 2013, segundo o CEBC (2016), as empresas chinesas exploraram novas oportunidades na área industrial, em especial nos setores de máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos e automotivos, principalmente para o mercado doméstico. A entrada de algumas empresas chinesas a exemplo da JAC Motors (2011) no setor de transporte e Lenovo (2012) no setor de tecnologia são a prova do rearranjo que sofreu os investimentos chineses no Brasil, nesse segundo período, quando empresas de tecnologias e montadoras chinesas começam a chegar ao Brasil.

**Quadro 6: Investimentos Chineses no Brasil (2011 – 2013)**

Ano	Empresa Chinesa	US\$ MILHÕES	Empresa Brasileira	SETOR
2011	Chongqing Grain	\$ 910		Agricultura
2011	ICBC	\$ 100		Financeiro
2011	ZTE	\$ 200		Tecnologia
2011	Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$ 1.950	CBMM	Metais
2011	JAC Motors	\$ 100	SHC	Transporte
2011	Sinopec	\$ 4.800	Galp Energia	Energia
2012	State Grid	\$ 550	Copel	Energia
2012	State Grid	\$ 940	ACS	Energia
2012	China Construction Bank	\$ 200	WestLB	Financeiro
2012	Lenovo	\$ 150	Digibras e Dual	Tecnologia
2012	BAIC	\$ 300		Transporte
2012	JAC Motors	\$ 450		Transporte
2012	CIC	\$ 460	Prosperitas	Imobiliário
2012	Astronergy	\$ 350	Empresa Brasileira de Energia	Energia
2012	SAG	\$ 500		Automotivo
2012	Foxconn	\$ 500		Tecnologia
2012	ICBC	\$ 100		Financeiro
2012	Shiyan Yunlihong	\$ 90		Automotivo
2012	Lenovo	\$ 150	CCE	Tecnologia
2013	COFCO	\$ 320		Agricultura
2013	Xugong Construction Machinery	\$ 200		Imobiliária
2013	CNOOC and CNPC	\$ 1.280	Petrobras, Shell, e Total	Energia
2013	China Construction Bank	\$ 720	Banco Industrial e Comercial	Financeiro
2013	Three Gorges	\$ 130		Energia
2013	Three Gorges	\$ 250	Jari	Energia
2013	BBCA	\$ 320		Agricultura
2013	Shacman	\$ 200		Automotivo
2013	Sinotruck	\$ 150	Joint Venture	Automotivo
2013	Foton Iovol Bramax	\$ 25	Bramax	Tecnologia
2013	JAC Motors	\$ 50	JAC Brasil	Automotivo
2013	Shandong ligong construction Machinery	\$ 20	Volvo Brasil	Tecnologia

Fonte: Heritage Foundation, 2016 e CEBC, 2017. Elaboração Própria.

Num terceiro momento, que neste trabalho analisam-se como os anos de 2014 e 2015, além das aquisições nos setores de energia, transporte e tecnologia, destaca-se a chegada dos

bancos asiáticos ao Brasil, como o China Construction Bank que em 2014 investe 720 milhões de dólares no Banco Industrial comercial e o Bank of Communications que investe 170 milhões de dólares no Banco BBM, o grupo financeiro mais antigo do Brasil.

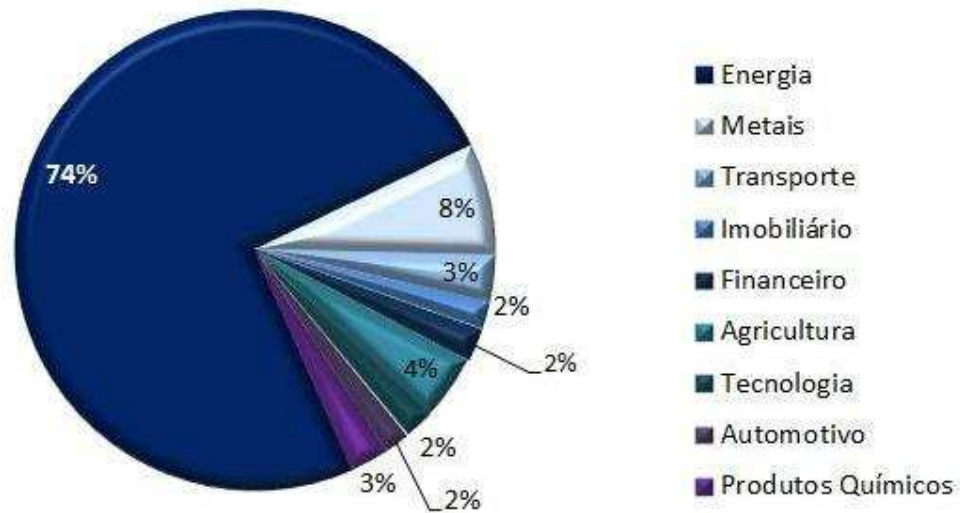
**Quadro 7: Investimentos Chineses no Brasil (2014 – 2015)**

Ano	Empresa Chinesa	US\$ MILHÕES	Empresa Brasileira	SETOR
2014	Three Gorges	\$ 390	Terra Novo	Energia
2014	State Grid	\$ 970	Electrobras	Energia
2014	COFCO and Hopu Investment	\$ 750	Noble Agri Limited	Agricultura
2014	Sany Heavy	\$ 300		Imobiliária
2014	ZTE	\$ 100		Tecnologia
2014	China Construction Bank	\$ 720	Banco Industrial e Comercial	Financeiro
2014	Three Gorges	\$ 140	EDP	Energia
2015	BYD	\$ 100		Energia
2015	Bank of Communications	\$ 170	Banco BBM AS	Finanças
2015	China Electronics Corporation	\$ 100		Imobiliário
2015	State Grid	\$ 2.200		Energia
2015	Three Gorges	\$ 490	Triunfo Participações	Energia
2015	ICBC	\$ 2.000	Petrobras	Energia
2015	HNA	\$ 460	Azul Linhas Aéreas Brasileiras	Transporte

Fonte: Heritage Foundation, 2016. Elaboração Própria.

Nesta terceira fase dos investimentos e aquisições chinesas no país destaca-se um interesse crescente chinês pelo setor financeiro, ainda que o setor de energia tenha sido o que aparece com mais frequência em todo o período analisado, que foi de 2005 a 2015. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (2015), os maiores investimentos chineses são destinados às empresas estatais de petróleo/petroquímica, energia e mineração (LEITE; RAMOS, 2016). Segundo dados da Heritage Foundation (2016), a Petrobrás recebeu 5,5 milhões de dólares em investimentos das empresas Sinopec, CNOOC e CNPC, ICBC e CIC.

**Gráfico 5: Setores com maior investimento Chinês no Brasil (2005-2015)**



Fonte: Heritage Foundation e CEBC. Elaboração Própria.

Conforme Gráfico 5, o setor que obteve mais investimentos chineses no Brasil foi o setor de Energia com 74% do valor investido no período de 2005 a 2015, com investimentos de empresas chinesas nas empresas Repsol, Petrobrás, Shell, Triunfo Participações, EDP, Galp Energia, entre outras. O segundo setor com mais investimentos foi o setor metalúrgico com 8% dos investimentos chineses, muito atrás do Setor de Energia. As empresas contempladas com investimentos no setor metalúrgico foram ThyssenKrupp, Vale, Bernardo de Mello Itaminas e CBMM.

Atrás desses setores, vem o setor de agricultura em terceiro lugar com 4% dos investimentos, transporte e Produtos químicos com 3%, Setores Imobiliário, Financeiro Tecnológico, e automotivo com 2% dos investimentos cada.

O presente capítulo teve o intuito de delinear o perfil investidor do gigante asiático no Brasil, de forma a responder a pergunta norteadora e compreender quais as preferências chinesas de investimentos e qual o seu objetivo de suas aquisições no país. Seja a busca de recursos naturais, promover exportações, promover a aquisição de ativos específicos, como tecnologia ou ampliar a competitividade das empresas chinesas visando à aceleração de sua inserção nos mercados internacionais.

Inicia-se a discussão sobre as aquisições discutindo os tipos de investimentos estrangeiros diretos que são identificados nessas relações, enumeram-se três formas distintas: por aquisição e fusão; aquisição de títulos; ou em empreendimento público-privado. Nas duas primeiras modalidades de aquisições de empresas (aquisição e fusão e aquisição de títulos) não ocorrem geração de novos empregos, uma vez que apenas a gerência da empresa deixa de ser brasileira e passa a ser, no primeiro caso, totalmente estrangeira e, no segundo, majoritariamente estrangeira.

No terceiro capítulo, buscou-se compreender onde os investimentos chineses estão concentrados para questionar quais os desafios e perspectivas dos investimentos chineses no país, uma vez que o interesse dos investidores chineses ultrapassam as relações de comércio – tema também estudado por este projeto -, e alcança os investimentos diretos em empresas brasileiras.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia foi resultado de dois anos de pesquisa de iniciação científica e teve por objetivo central estudar o estreitamento das relações bilaterais entre Brasil e China, com especial atenção às relações bilaterais econômico-comerciais e seus efeitos na economia brasileira. Desta maneira, ao longo da pesquisa, procurou-se delinear a evolução das relações políticas entre os países, observando a aproximação chinesa ao Brasil, principalmente no início do século XXI, com ações que visavam o estreitamento das relações políticas e econômicas entre essas duas nações.

Da mesma forma, objetivou-se identificar a relação entre o fluxo comercial dos dois países, a política externa e a queda do desempenho da indústria nacional, no período delimitado pela pesquisa, que foi de 2005 a 2015. Discute-se, então, sobre a dinâmica imposta pela aproximação chinesa à economia brasileira, o que ajuda a refletir sobre os rumos das relações de comércio entre esses dois países, de forma a alertar para os riscos de se analisar tal aproximação apenas quantitativamente.

O grande crescimento e adensamento das trocas comerciais contribuíram para o dinamismo da economia brasileira nos últimos anos, um reflexo de um superciclo de *commodities* e, por consequência disto, a grande concentração da pauta exportadora brasileira em produtos primários. As relações bilaterais de comércio do Brasil com a China devem ser analisadas levando em consideração todo o contexto que foi exposto. Do ponto de vista das exportações, predomina o efeito favorável das quantidades, no entanto, nas importações, verifica-se um crescimento intenso das importações de produtos manufaturados, com competição crescente no mercado brasileiro de produtos originários da China (HIRATUKA e SARTI, 2016).

Neste contexto, percebe-se uma grande dependência brasileira da exportação de *commodities*, reafirmando a posição de fornecedor de produtos primários e matérias-primas e sua participação – junto a outros países latino-americanos -, dentro da Divisão Internacional do Trabalho, de forma a acentuar problemas estruturais, a exemplo da grave desigualdade social no país.

A Divisão Internacional do Trabalho foi largamente discutida entre acadêmicos especialistas no tema, havendo, hoje, um consenso que esta é uma das principais causas para o subdesenvolvimento da região da América Latina, onde há uma divisão entre a capacidade

produtiva destinada aos setores externo e interno, causando certa fragilidade frente a outras nações desenvolvidas.

Outra problemática abordada nesta monografia foi a respeito do fenômeno da desindustrialização, que é um fator de inquietação para alguns pesquisadores e é associada à contração do setor industrial e no declínio da participação do setor manufatureiro no emprego total. Como foi visto, o decréscimo da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro foi tão acentuado que em 2014 equiparou-se aos dados de participação da indústria de transformação na década de 1940. Ou seja, acompanha-se, no Brasil, um retrocesso no setor industrial de cerca de 70 anos.

Como pode ser visto neste trabalho, a queda de participação da indústria no PIB brasileiro iniciou-se a partir do governo Sarney, em 1985, diminuindo progressivamente até os dias atuais, tendo discretas elevações desta participação no governo Lula. A desindustrialização do país começa a ser observada quinze anos antes da aproximação comercial entre Brasil e China, que ocorreu no período de 2008 a 2013.

A desindustrialização é entendida neste trabalho como o resultado de um somatório de escolhas políticas domésticas que quando associadas à Divisão Internacional do Trabalho resultam no cenário preocupante exposto na pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Entende-se, também, que a adoção de políticas neoliberais na década de 1990 contribuíram de forma significativa para a fragilidade do setor industrial e que a aproximação chinesa com sua posição de “competição” nos mercados domésticos e internacional apenas aceleram um processo que já acontece desde 1985.

De forma a corroborar com autores citados no trabalho, como Oreiro e Feijó (2010), Jenkins (2015) e Oliveira (2012) acerca da temática de desindustrialização do Brasil, pontuam-se os aspectos negativos desse fenômeno em países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro. São exemplos desses aspectos negativos: a redução da geração de retornos crescentes e diminuição do ritmo de progresso técnico e aumento da restrição externa de crescimento, havendo uma tendência em transferir recursos e trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando um menor crescimento do produto potencial no longo prazo.

Por fim, procurou-se analisar também a relação entre o fluxo de investimento entre os dois países e identificar os setores de preferência de empresas chinesas em aquisições de empresas brasileiras de modo a compreender a nova dinâmica de investimentos estrangeiros no

Brasil. O terceiro capítulo teve o intuito de delinear o perfil investidor do gigante asiático no Brasil. De forma a compreender quais as preferências chinesas em suas aquisições no Brasil e qual o seu objetivo de suas aquisições no país. Seja a busca de recursos naturais, promover exportações, promover a aquisição de ativos específicos, como tecnologia ou ampliar a competitividade das empresas chinesas visando à aceleração de sua inserção nos mercados internacionais.

Inicia-se a discussão sobre as aquisições discutindo os tipos de investimentos estrangeiros diretos que são identificados nestas relações, enumeram-se três formas distintas: por aquisição e fusão; aquisição de títulos; ou em empreendimento público-privados. Nas duas primeiras modalidades de aquisições de empresas (aquisição e fusão e aquisição de títulos) não ocorrem geração de novos empregos, uma vez que apenas a gerência da empresa deixa de ser brasileira e passa a ser, no primeiro caso, totalmente estrangeira e, no segundo, majoritariamente estrangeira.

Neste trabalho buscou-se entender onde os investimentos chineses estão concentrados, por que e quais os desafios e perspectivas para os investimentos chineses no país, uma vez que o interesse dos investidores chineses ultrapassam as relações de comércio e alcançam os investimentos diretos em forma de aquisições de empresas brasileiras.

O fenômeno do aumento dos fluxos de investimentos chineses no Brasil é entendido neste trabalho como uma evolução da relação econômica sino-brasileira que inclusive é um dos objetivos traçados pelo Plano de Ação Conjunta (2015-2021) em forma de apoio à promoção de diálogo e a cooperação entre as comunidades empresariais dos dois países e também o comprometimento do incentivo de empresas chinesas em processos licitatórios no Brasil.

Com histórico de IED Chinês no Brasil mostrado na pesquisa, pode-se inferir que o setor mais procurado para investimentos chineses no Brasil é o Setor de Energia com 74% do montante investido no Brasil de 2005 a 2015, atrás dele vem o Setor metalúrgico com modestos 8% dos investimentos nesse mesmo período.

As empresas Repsol, Galp Energia e CPFL foram as maiores receptoras de investimento no Setor de Energia. Esta procura chinesa pelas empresas de energia, no entendimento da autora desta pesquisa, demonstra uma busca do país por alternativas para manter sua soberania energética com empreendimentos fora de seu território. A Soberania Energética é dos pontos destacados no Plano de Ação Conjunta (2010-2014) que necessita de diálogos aprofundados vista salvaguardar os direitos e interesses legítimos de países em desenvolvimento. Ou seja, a

preocupação com a soberania energética é um ponto explicitamente declarado da Política Externa Chinesa e tem sido efetivado em forma de investimentos nesse setor no Brasil.

Por isto é necessário se perguntar se as relações bilaterais sino-brasileiras ditas estratégicas são, de fato, interessantes para o Brasil, uma vez que acarretam mudanças estruturais em sua economia, perda de complexidade econômica e podem levar o país a certa fragilidade no que concerne a tanto a Soberania Energética quanto Alimentar, devido à especialização de sua agricultura em soja para a exportação.

Na concepção da autora desta pesquisa, as relações bilaterais sino-brasileiras acarretam efeitos positivos e negativos para a economia política do Brasil. No entanto, a eficiência dessas relações dependem diretamente de políticas públicas, inclusive de política externa e tomada de decisão, que atenuemos malefícios desta parceria para que esta não prejudique a economia brasileira no longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L., PINTO, C.E., CINTRA, M. A. M. As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os desafios para o Brasil. In: **A China na nova configuração global: Impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea. 2011
- APEX Brasil. **A internacionalização das empresas chinesas – A dimensão do investimento direto**. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/4db1e532-db89-4a1e-a8c1-a321ac86e224.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.
- BRASIL**. Discurso de Posse, 1995. Biblioteca da Presidência, 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995>>. Acesso em 23 de Abril de 2018.
- BRASIL**. Discurso de Posse, 2003. Biblioteca da Presidência, 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em 23 de Abril de 2018.
- CECB, Investimentos Chineses no Brasil (2014-2015)**. Disponível em <[http://www.cebc.org.br/arquivos\\_cebc/InvestimentosChineses14-15\\_Portugues.pdf](http://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/InvestimentosChineses14-15_Portugues.pdf)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2015.
- COELHO, Diego Bonaldo; MASIERO, Gilmar; CASEIRO, Luiz. A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 14, p. 85-108.
- CUNHA, A. et al. “**O Brasil diante da ascensão chinesa: os riscos da especialização regressiva**”. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 135-175, jul./dez. 2012.
- DE ITAMARATY, Palacio. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil**. 2007.
- \_\_\_\_\_ **Relações Diplomáticas, República Popular da China**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.
- DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. O dragão e o jaguar: um estudo das relações sino-brasileiras nos primeiros anos do século XXI. **Afro-Ásia**, n. 42, 2010.
- GRAÇA LIMA, José Alfredo. **Perspectivas das relações sino-brasileiras após a visita do presidente Xi Jinping** In LIMA, Sérgio Eduarda Moreira (Org.), “Brasil-China: 40 anos de Relações Diplomáticas.” p. 53-102. FUNAG, Brasília, 2016.
- GOMÉS, José María et al, **Investimento e Inovação na Economia Chinesa. BRICS – Policy Center**. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3906/doc/555146824.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.
- GUIMARÃES, Patrick Whorle. A lei de Kaldor-Verdoorn na Economia Brasileira. USP- Piracicaba, São Paulo, 2002. Dissertação.
- GONÇALVES, Reinaldo, e BARROS, Amir Coelho. “**Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira-1850/1979**.” (1982).

GONZALES, Francisco “**Após a atual crise, qual o futuro da relação estratégica entre América Latina e a China?**”, In Lima, Marcos Costa (Org.), *Perspectivas Asiáticas* p.135-164. Pensamento Crítico, Rio de Janeiro, 2016.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro**. Tempo do Mundo, p. 83, 2016.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. **40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos** In LIMA, Sérgio Eduarda Moreira (Org.), “Brasil-China: 40 anos de Relações Diplomáticas.” p. 53-102. FUNAG, Brasília, 2016.

IPEA. **As Relações Bilaterais Brasil – China a Ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6889/1/Comunicados\\_n85\\_Rel%C3%A7%C3%B5es\\_bilaterais.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6889/1/Comunicados_n85_Rel%C3%A7%C3%B5es_bilaterais.pdf)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

JENKINS, Rhys. "Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil?." *Latin American Perspectives* 42.6 (2015): 42-63.

MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C. O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. v. 1 n. 1 jan-jun 2013. 2012.

NETTO, Onildo “**As Relações Comerciais Sino-brasileiras: Assimetrias qualitativas e desequilíbrios**”. UEPB, Paraíba, 2016. Monografia.

OLIVEIRA a, Henrique Altemani de. “**Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 47.1 (2004): 7-30.

----- “**Brasil e China – cooperação Sul -Sul e parceria estratégica**.” Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA b, André Luís Soares de. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil: um estudo exploratório**. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OREIRO, José Luis e FEIJÓ, Carmem A, **Desindustrialização: conceituação, causa, efeito e o caso brasileiro**. Rev. Econ. Polit. Vol. 30. n.2. São Paulo, Abril/Junho, 2010.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 45, 2015.

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2010-2014), Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/19180/BR-CN---Plano-de-Acao-Conjunta-entre-o-BRASIL-e-a-CHINA-%E2%80%94-2015-2021/>>. Acesso em 23 de Abril de 2018.

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2015-2021), Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9694-declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>. Acesso em 23 de Abril de 2018.

PREBISCH, Raul. Commercial policy in the underdeveloped countries. **The American Economic Review**, v. 49, n. 2, p. 251-273, 1959.

ROSITO, Tatiane “**Evolução das relações econômicas Brasil-China**”. In LIMA, Sérgio Eduarda Moreira (Org.), “Brasil-China: 40 anos de Relações Diplomáticas.” p. 53-102. FUNAG, Brasília, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, D. A.N. e OLIVEIRA, Marianne Costa. **Relação Econômica entre Brasil e China no Período de 2008 a 2013**. UESC, Bahia, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. **Processo de Substituição de Importações**. In: **Ensaio sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

[UNCTAD, World Investment Report, 2015. Disponível em <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf)

VADELL, Javier A. **Las implicaciones políticas de la relación China-América Latina: el Consenso Asiático como red de poder global y el caso brasileño**. Comentario Internacional, Quito, n.14, p. 135-161, 2014.

\_\_\_\_\_ **As implicações políticas da relação China-América do Sul no Século XXI**. *Cena Internacional*, v.9, n. 2, p. 155-183, 2007.